

Por outra história da educação popular no Recife: além do Movimento de Cultura Popular

Kelma Fabíola Beltrão de Souza¹, Nyrluce Marília Alves da Silva²

Resumo

Que experiências educacionais estiveram presentes na educação popular no Recife – importantes na configuração da Rede Municipal de Educação – além daquelas que estão relacionadas ao advento do Movimento de Cultura Popular (MCP) (1960-1964)? A educação popular na cidade, especialmente a Rede Municipal de Educação, é comumente indicada como oriunda do MCP, que ocorreu no Recife nos anos 1960-1964. Pensamos que, em uma configuração não linear e descontínua de espaço e tempo, outras experiências também foram importantes para constituir o que chamamos, hoje, de Rede Municipal de Educação do Recife. Dentre as experiências aconteceram as primeiras escolas municipais (escolas isoladas e reunidas), que começaram a funcionar juntamente com o governo do Estado de Pernambuco em 1895. A outra experiência foi o Centro Regional de Pesquisas Educacionais de Pernambuco, que se instalou em 1957 no Recife, especialmente a ideia de cultura popular ali promovida. Elas nos mostram, dentre outras coisas, que a formação da Rede Municipal do Recife vai além da experiência do MCP, como comumente é indicada.

Palavras-chave

Escolas isoladas. Centro Regional. Escolas municipais. Movimento de Cultura Popular.

¹ Doutora em Educação pela Universidade Federal de Pernambuco, Brasil; estágio pós-doutoral nessa instituição, professora das redes pública de educação de Pernambuco, Brasil. E-mail: beltraokelma@yahoo.com.br.

² Doutoranda em Educação na Universidade Federal de Pernambuco, Brasil; professora da rede pública de educação de Pernambuco, Brasil. E-mail: nyrluce.marilia@educ.rec.br.

For another history of popular education in Recife: beyond the Popular Culture Movement

Kelma Fabíola Beltrão de Souza³, Nyrluce Marília Alves da Silva⁴

Abstract

What educational experiences were present in Popular Education in Recife – important in the configuration of the Municipal Education Network – beyond those related to the advent of the Popular Culture Movement (MCP) (1960-1964)? Popular Education in Recife, especially the Municipal Education Network, is commonly indicated as originating from the MCP, which occurred in Recife in the 1960-1964 years. We think that, in a non-linear and discontinuous configuration of space and time, other experiences were also important in constituting what we call today the Municipal Education Network of Recife. Among these experiences, occurred the first municipal schools (isolated and gathered schools), which began to function together with the government of the State of Pernambuco in 1895. The other experience was the Regional Center for Educational Research of Pernambuco, which was installed in 1957 in Recife, especially the idea of popular culture promoted there. They show us, among other things, that the formation of the Municipal Network of Recife goes beyond the experience of the MCP, as it is frequently indicated.

Keywords

Isolated schools. Regional Center. Municipal schools. Popular Culture Movement.

³ PhD in Education from the Federal University of Pernambuco, Brazil; post-doctoral internship at this institution, professor in public education networks in Pernambuco, Brazil. E-mail: beltraokelma@yahoo.com.br.

⁴ PhD student in Education at the Federal University of Pernambuco, Brazil; professor in public education networks in Pernambuco, Brazil. E-mail: nyrluce.marilia@educ.rec.br.

Introdução: educação popular primária

A escola primária pública no Brasil, historicamente falando, nunca foi priorizada. Desde a Independência, o ensino superior e o ensino secundário (propedêutico) eram as prioridades. Essa realidade com as escolas de primeiras letras, escola primária (hoje educação básica dos anos iniciais) chegou até a República (Aranha, 2013). Não é à toa que, ainda em 1932, os pioneiros da Escola Nova denunciavam esse descaso em relação à escola primária e, em contrapartida, indicavam justamente que a escola primária seria fundamental para uma democracia, inclusive sendo rigorosamente articulada com os ensinos secundário e superior (Azevedo *et al.*, 1932).

No entender de Anísio Teixeira, um dos signatários desse manifesto, o ensino primário ou a escola primária, eram o mínimo que o Brasil deveria oferecer de maneira universal para a população. A escola primária seria a mais importante escola do sistema de Educação - e precisaria ser reconhecida como tal. Não que a média e a superior não fossem importantes, mas para acelerar o progresso, a escola primária deveria ser prioridade (Teixeira, 2007a, p. 117).

No município do Recife, a educação popular, especialmente na Rede Municipal de Educação, é normalmente indicada por uma série de estudos⁵ da História da Educação como sendo oriunda da experiência do Movimento de Cultura Popular - que ocorreu no Recife nos anos 1960-1964. Isso porque, quando o MCP se efetivou, existia apenas uma única escola no município.

Porém, em uma configuração não-linear e descontínua de espaço e tempo, entendemos que também existiram outras experiências educacionais anteriores e concomitantes que foram importantes para constituir o que chamamos, hoje, de rede municipal de educação do Recife.

O descontínuo:

Não se trata, bem entendido, nem da sucessão dos instantes do tempo, nem da pluralidade dos diversos sujeitos pensantes; trata-se de cesuras que rompem o instante e dispersam o sujeito em uma pluralidade de posições e funções possíveis. Tal descontinuidade golpeia e invalida as menores unidades

⁵ Ver os estudos de: Coelho, G. **MCP. História do Movimento de Cultura Popular**. Recife: Editora do Autor, 2012; Fávero, O. (org.). **Cultura Popular, Educação Popular**. Memória dos anos 60. 2. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1983; ROSAS, P. **O movimento de Cultura Popular - MCP**. Rio de Janeiro. 1980. *In*: Memorial do MCP. Recife: Fundação de Cultura da cidade de Recife, 1986. (v. XLIX). Batista Neto, J. **MCP: o povo como categoria histórica**. *In*: Rezende, A. P. **Recife: que história é essa?** Recife: Fundação de Cultura da Cidade do Recife, 1987. (Tempos e Espaços, v. 1); AZEVEDO, J. M. L. **Reconstituição Oral da história recente da educação popular em Pernambuco: o Movimento de Cultura Popular**. Recife: Universidade Federal de Pernambuco, 1986. É importante salientar que esses estudos são da área de Educação, História, Sociologia. Nem todos tem intenção de retratar a História da Educação.

tradicionalmente reconhecidas ou mais facilmente contestadas: o instante e o sujeito (Foucault, 2009a).

Dessa forma, não seria possível apontar essas experiências como origem ou como se elas, linearmente e progressivamente, resultassem na formação da rede municipal do Recife. Quando apresentamos essas experiências, estamos dizendo que elas também colaboraram de forma lenta, fragmentada e descontínua no espaço e no tempo para a formação do que entendemos hoje como rede municipal do Recife.

Uma das experiências se configurou a partir das primeiras escolas municipais (escolas isoladas e reunidas), que começaram a funcionar juntamente com o governo do estado de Pernambuco, em 1895. Durante o início da República no Brasil, a autonomia municipal foi favorecida, assegurando aos municípios a responsabilidade de oferecer educação primária para a população. No Recife, isso foi feito em parceria com o governo do estado de Pernambuco. Em 1895, foram inauguradas as três primeiras escolas municipais: Santo Amaro das Salinas, Pinto Dâmaso e Municipal de Iputinga. Nessa época, foi organizada uma estrutura administrativa para conduzir o serviço de educação pública. Chefiados pelo prefeito e pelo conselho municipal, esses funcionários eram apoiados pelos inspetores, diretores escolares e professores. A maioria dessas escolas eram do tipo escolas isoladas, caracterizadas por funcionar nas casas dos professores, funcionando em um único cômodo, a sala de aula, e com todos os alunos cursando uma única classe. O método de ensino utilizado era o Lancaster e Bell, utilizado na Inglaterra quando havia poucos professores. Nesse método mútuo, os alunos mais hábeis, na carência dos docentes, transmitiam os conhecimentos aos outros. Atendendo a um quantitativo baixo de alunos, a partir de 1928 essas escolas ficaram apenas sob a responsabilidade do governo de Pernambuco, restando ao município, já nos anos 1960, quando se organizava o MCP, apenas uma escola.

Outra experiência foi o Centro Regional de Pesquisas Educacionais de Pernambuco e, especialmente, a ideia de cultura popular ali promovida. O Centro se instalou em Pernambuco em 1957, existindo até 1975. O Centro Regional de Pesquisas Educacionais de Pernambuco⁶ foi organizado por Anísio Teixeira, com o desígnio de promover regionalmente a pesquisa e a ciência na Educação (no sentido de torná-la também descentralizada), com vistas a elaborar gradualmente uma política educacional para o país⁷. Essa ideia de atender às demandas

⁶ Havia também o Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais e os Centros Regionais da Bahia, de São Paulo, de Minas Gerais e do Rio Grande do Sul.

⁷ Ofício nº 372, de 1º de outubro de 1957. Enviado do Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos para o Centro Regional de Pesquisas Educacionais de Pernambuco. (Decreto n. 38.460, de 28 de dezembro de 1955). Acervo do Centro de Microfilmagem da Fundação Joaquim Nabuco.

regionais já era reclamada pelos pioneiros da Escola Nova de 1932. Inclusive, Anísio Teixeira, um dos pioneiros, defendia a ideia de municipalização de Ensino.

Para Anísio Teixeira, a escola seria a própria vida e, por isso, teria de ser uma instituição essencialmente regional, enraizada no meio local, dirigida e servida por professores da região, identificada com os mores (padrões de comportamento) e costumes⁸ deles. Tanto que ele convidou Gilberto Freyre para dirigir o Centro Regional de Pesquisas Educacionais de Pernambuco. Gilberto era um sociólogo que tinha a preocupação de constituir uma sociologia aplicada, mas que, por sua vez, configurava ideias de uma brasilidade inspirada em aspectos regionalistas.

A importância de investigarmos esse tema ocorre por estarmos incluindo essas experiências na formação da Rede Municipal, narrando assim uma outra história da educação popular no Recife.

Para desenvolvermos este texto, depois dessa introdução, mostraremos as especificidades das escolas isoladas e, na sequência, as possíveis colaborações facilitadas pelo Centro Regional de Pesquisas Educacionais de Pernambuco. Por fim, apresentaremos as nossas considerações finais e as referências bibliográficas.

As escolas isoladas e os grupos escolares

No início, as escolas municipais públicas do Recife foram constituídas, em sua maioria, como escolas isoladas. Essas eram escolas que ficavam em espaços alugados pela prefeitura municipal, em diversos bairros. Nessas casas, em um dos cômodos funcionava a escola de uma única classe, ou escolas isoladas, já que, no mesmo espaço, também residiam o professor e a família dele. Além das escolas isoladas, havia também as chamadas escolas reunidas (Santana, 2000, p. 38). Essas escolas, na realidade eram duas ou mais escolas isoladas localizadas em uma mesma residência. Entretanto, a prática pedagógica ocorria no formato das escolas isoladas, em que cada professor desenvolvia a prática dele de forma individual, em sua sala. As escolas reunidas eram apenas três: uma ficava na Torre, outra na Madalena e, a terceira, na avenida Arquimedes.

Segundo os relatórios da época, a proliferação das escolas isoladas se deu em função das dificuldades financeiras pelas quais passava o estado e pelo repentino aumento da

⁸ Teixeira, A. S. **Educação não é privilégio**. 7. ed. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2007a. p. 67.

população. Isso tornou precária a oferta do serviço escolar, também pela falta de uma implementação planejada e muito lenta face à demanda (Peres, 2000).

Apesar do quantitativo elevado de mais de 100 escolas municipais em 1987, o que se evidenciava nos relatórios era a precariedade dessas escolas. Em geral, o quadro traçado era de dificuldades financeiras vividas pelo Estado e da deficiência de atendimento a uma população que crescia e precisava de instrução. Esta precariedade das escolas revelava a falta de uniformidade e a lentidão na expansão escolar. Surgiam diversos tipos de escola. As escolas isoladas [...] (Peres, 2000, p. 17).

Egito (2000) também observa que as escolas isoladas tinham várias limitações, além do fato de serem espaços situados dentro da casa dos docentes e do valor pago pelo aluguel ser exímio. A falta de prédios apropriados, a precariedade ou ausência de mobília adequada para o ensino, a centralização das escolas em vias onde havia acesso ao transporte público e a má aplicação das verbas da educação também foram fatores que corroboram para a má oferta do serviço público.

A distribuição das escolas também não ocorria de acordo com as necessidades da população, mas estava atrelada à existência de casas que fossem mais apropriadas para seu funcionamento: “A começar pelos edifícios onde funcionam as escolas e em que os professores residem com suas famílias [...] a boa localização das escolas em vez de ser feita de acordo com a distribuição da população escolar o é subordinada à carência de casas apropriadas para tal fim” (Egito, 2000, p. 26).

Além disso, muitas vezes, a verba educacional era utilizada para atender a interesses de proprietários de imóveis ou à construção de escolas palacetes que tinham capacidade para atender a um número reduzido de estudantes.

Os próprios governantes, oriundos da aristocracia agrária, vez por outra, denunciavam a má aplicação das verbas públicas. Ou para alugar casas escolares numa mesma rua, para atender interesses dos proprietários dos imóveis ou na construção de escolas palácios cujas verbas de uma apenas, daria para construir uma dúzia de outras escolas com a mesma eficácia. (Egito, 2000, p. 31).

Outro fator relacionado às escolas isoladas, e que dificultava ainda mais as condições de ensino no Recife, é que o valor das verbas educacionais recebidas pelos professores não era compatível com o valor do aluguel de imóveis que fossem mais adequados ao ensino.

Em relação aos grupos escolares, além dos fatores comuns que impulsionaram o aumento das escolas isoladas, a criação desses foi mobilizada principalmente pelo advento da

República e pelo entusiasmo com a Educação. Em 1895, de acordo com Peres (2000), ocorre a inauguração, em parceria com o governo do estado, da Escola Municipal de Santo Amaro, localizada na Freguesia da Boa Vista das Salinas; da Escola Municipal Pinto Dâmaso, que ficava na Praça da Várzea; e da Escola Municipal da Iputinga, localizada na Estrada da Caxangá. Mais tarde, no início do século XX, foram construídas a Escola Municipal Manoel Borba (1920), na rua Gervásio Pires; a Escola Municipal Maurício de Nassau (1921), no Cais José Mariano; a Escola Municipal Sérgio Loreto (1924), na Praça Sérgio Loreto e a Escola Municipal Frei Caneca (1924), na Boa Vista.

Como se pode observar, embora a grande carência de grupos escolares fosse nos subúrbios, a construção desses, até o início dos anos 1920, foi predominante na área do centro. Ocorria uma discrepância entre as condições de estrutura e condições de ensino entre as escolas isoladas e os grupos escolares, já que esses grupos escolares carregavam características de um novo modelo de organização e estrutura de escola.

A predominância das escolas isoladas, nos primeiros vinte e cinco anos das escolas municipais no Recife, foi tão marcante que, no final dos anos 1920 (Egito, 2000, p. 31), existiam 124 escolas - sendo oito grupos escolares e 116 escolas isoladas. Esse número de escolas não tem muita diferença quantitativa em relação às escolas que já existiam no final do século. Segundo Peres (2000, p. 18), em 1987, havia 103 escolas primárias, com frequência de 2.239 estudantes. Em 1922, havia 117 escolas, com uma frequência de 6.601 estudantes.

O método de ensino presente nas escolas isoladas do Recife era o Lancaster, também chamado de ensino mútuo ou *monitorial system*. Esse método foi idealizado na Inglaterra por Andrew Bell e Joseph Lancaster no século XIX, e desenvolvido nas escolas que atendiam a crianças pobres. Frente à crescente industrialização e necessidade de mão de obra qualificada, o lema de Lancaster era um só mestre para mil alunos (Aranha, 2006, p. 203). Nesse formato de ensino, em um mesmo espaço, alunos de diferentes idades eram agrupados de acordo com o nível deles de leitura. Cada grupo tinha um monitor responsável, que era um aluno que estivesse em um nível mais avançado de leitura, para que, desse modo, orientasse o grupo para que pudesse passar para o próximo nível. Foi esse o modelo de ensino que prevaleceu em Pernambuco:

Até os começos deste século, eram em geral as nossas escolas primárias do tipo unitário, escolas de um só professor, encarregado de todo ensino, que não se graduar por séries ou por anos, havendo uma única classe para todos os alunos, sem se considerar a idade ou o nível de desenvolvimento [...] (Bello, 1978, p. 140).

Em 1920, frente aos grandes problemas diagnosticados na educação do município, dentre eles a grande diferença entre o número de alunos matriculados e o número de presentes (discrepância que chegava a cerca de 40%), o conselho municipal solicitou um relatório⁹ detalhado aos inspetores educacionais sobre a situação da educação na cidade (Santana, 2000). Nesse relatório, além de ser apontada a falta de investimentos do poder público e a situação de insalubridade e carência das escolas, se destacam as críticas aos métodos de ensino e à incompetência dos professores.

Ainda muito apegados aos velhos processos rotineiros [...] e sem se afastarem dos argumentos de tabuada e lições de cor, do d'aqui dos velhos professores de cinquenta anos atrás, as nossas escolas não podem seguir o caminho da boa e sã pedagogia, nem corresponder aos seus elevados e grandiosos destinos (Santana, 2000, p. 36).

Se propõe, então, a realização de reuniões pedagógicas para difundir o método analítico entre os docentes da cidade, como proposta de alinhamento ao progresso da República e atrelado a uma Educação salvacionista.

Uma experiência educacional: o Centro Regional de Pesquisas Educacionais de Pernambuco

Em novembro de 1957, começou a funcionar no Recife o Centro Regional de Pesquisas Educacionais de Pernambuco (CRPE/PE). Ele fazia parte de um projeto mais amplo e organizado por Anísio Teixeira, que objetivava tornar sistemática e descentralizada a Educação no Brasil. Havia, também, o Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais e os Centros Regionais da Bahia, de São Paulo, de Minas Gerais e do Rio Grande do Sul, todos criados com o objetivo de fomentar regionalmente a pesquisa e a ciência na Educação (no sentido de promover a descentralização), com vistas a elaborar gradualmente uma política educacional para o país¹⁰.

Para constituir os centros, Anísio Teixeira se fundamentou nas ideias de John Dewey¹¹ (teórico da Escola Nova) sobre a organização do sistema escolar americano; nas diretrizes sobre

⁹ Relatório apresentado ao Exmo Sr. Coronel Eduardo de Lima Castro, Prefeito do Município do Recife, pelos inspetores das escolas do município, em 18 de maio de 1920 conforme apresentado por Santana (2000, p. 36).

¹⁰ Ofício nº 372, de 1º de outubro 1957. Enviado do Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos para o Centro Regional de Pesquisas Educacionais de Pernambuco. (Decreto nº 38.460, de 28 de dezembro de 1955). Acervo do Centro de Microfilmagem da Fundação Joaquim Nabuco.

¹¹ Para mais informações, conferir: TEIXEIRA, A. **Em marcha para a democracia**. À margem dos Estados Unidos. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2007. p. 53.

a descentralização da educação expressas no Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova de 1932 (que ele assinou como um dos signatários) e no Documento Klineberg – elaborado pela Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura UNESCO –, que destacou a necessidade de se atender às demandas regionais.

Deste modo, cada um dos centros, tomando como base essas fundamentações, seria uma instituição para animar professores, intelectuais, políticos e estudiosos das várias regiões do Brasil, colocando-os para estudar, pesquisar e debater sobre a educação e encaminhando a ideia de que esta seria necessária para construir uma sociedade moderna, um homem moderno, um homem novo.

Para Anísio Teixeira (2007a; 2007b), a descentralização, devido à nossa extensão territorial e dentro de um regime federativo e democrático, seria a solução para resolver os problemas de universalização do Ensino, no que se refere à escola primária. Além do mais, para ele, toda organização e administração, na medida em que cresce, tende a usar processos de mecanização e uniformização. Isso seria incompatível com o processo educativo.

Anísio Teixeira (2007a; 2007b) tinha em mente também que a escola deveria estar integrada à comunidade, porque só assim se tornaria uma instituição fundamental para ela. Pedagogicamente, a escola deveria refletir, no currículo e nas atividades, as condições do meio e da cultura local. O investimento escolar municipal facilitaria tecer a realidade das pessoas que são da comunidade, para que elas, orgulhosas do que as pertence, se interessassem pela instituição. É importante entendermos também que, para o educador, a função democrática da escola tem uma ideia de extensão e acesso, além da ideia de local, em que as pessoas, diante da sociedade capitalista, independente da classe a que pertencessem, pudessem conviver e compartilhar das mesmas experiências (Teixeira, 2007a; 2007b).

Mas o CRPE/PE, a nosso ver, foi principalmente um local que tornou conhecidas as ideias regionalistas de base sociológica de Gilberto Freyre, inclusive sobre Educação, e gerou significado para elas.

O MCP, como alongamento das ideias regionalistas de Gilberto Freyre, foi comentado por Paulo Freire, na época um dos sócios fundadores do movimento, quando afirmou:

Em 1926, no Manifesto Regionalista, apresentado ao Congresso que pioneiramente o Movimento Regionalista levou a efeito no Recife, Movimento de que de suas sugestões vêm sendo realizadas e de que alguns movimentos atuais¹², em não pouco de seus fundamentais aspectos são alongamentos daquele, dizia Mestre Gilberto Freyre: Nosso movimento não pretende senão inspirar uma nova organização do Brasil (Freire, p. 20, 1961).

¹² Dentre os movimentos atuais, o que acontecia no Recife era o Movimento de Cultura Popular (MCP).

As ideias regionalistas de Freyre já se configuravam no tempo e no espaço por meio das principais obras dele, bem como todo seu arrojo se fazia presente em conferências, palestras, artigos de jornais, funções desenvolvidas *etc.* Essas ideias também eram proferidas por meio do CRPE/PE. E, por sua vez, muitos dos sócios fundadores do MCP participaram do Centro (ao mesmo tempo ou depois de terem saído do mesmo). Paulo Freire, Anita Paes Barreto e Maria Antônia Mac-Dowell participaram como conferencistas, palestrantes, debatedores e formuladores de projetos. Paulo Rosas e Josina Godoy foram funcionários do CRPE/PE. No MCP, eles foram responsáveis por várias ações no âmbito educacional, facilitando assim o alongamento do regionalismo gilbertiano no MCP.

Esse regionalismo é perceptível em muitos aspectos culturais do MCP. Porém, na área da educação, destaca-se o material didático das Escolas Radiofônicas usado na educação de adultos: o *Livro de leitura para adultos*. Esse livro foi elaborado por Josina Godoy e Norma Porto, que indicam que o material didático pretende ensinar a ler por meio de formas que possam interessar ao homem e à mulher do Nordeste, cansados da luta diária pela sobrevivência deles e dos filhos.

O Nordeste também significa as injustiças da seca no sertão: a cena da seca do sertão é dramática. Mas também na cidade a falta d'água é um drama. Agora os nordestinos tentam, com fé, resolver todos os seus dramas¹³. Mas, esse Nordeste desvalorizado também tem aspectos genuínos: “os velhos, as mulheres e os analfabetos rurais guardam conhecimentos que são mais genuinamente brasileiros, e uma cultura brasileira; o que é mais raiz nessa cultura” (Freyre, p. 44, 1957b). Uma civilização que, pela sua originalidade, se destaca diante de outras: a música, os folguedos, as festas, as comidas, a arte formadora de uma cultura única. Essa cultura, por sua vez, traduz os valores reais da região.

O *Livro de leitura para adultos* evidencia, nas lições dele, um povo que é possuidor de uma cultura enraizada, autêntica e essencial: a cultura popular. Por meio dela, o povo canaliza sua cultura, seus assuntos, suas danças, suas músicas e outras formas de expressão. Uma cultura original, que deve ser valorizada, porque é única.

¹³ Lição 43.

Considerações finais

No município do Recife, a educação popular, especialmente na rede municipal de educação, é indicada por vários estudos da história da educação como resultado da experiência do MCP, que ocorreu no Recife nos anos 1960-1964.

Porém, por meio de documentos e textos, identificamos que existiram outras experiências educacionais que também foram importantes nessa formação. Entendemos que essas experiências, de forma vagarosa e em uma configuração não linear e descontínua de espaço e tempo, foram significativas para sedimentar o que chamamos, hoje, de rede municipal de educação do Recife.

Uma dessas experiências ocorreu em 1895, um pouco depois do advento da República. Foram as primeiras escolas municipais (escolas isoladas e reunidas) que começaram a funcionar em parceria com o governo do estado de Pernambuco. Essas escolas funcionavam na casa dos próprios professores. Um dos cômodos das casas deles funcionava como sala de aula para todos os alunos, tanto que as escolas eram chamadas de “escolas de uma sala só”. Mas, em 1928, essas escolas foram repassadas para o governo do estado de Pernambuco, já que ainda não havia uma política pública definida em relação à responsabilidade do município.

Outra experiência foi o CRPE/PE; ali, foi especialmente desenvolvida a ideia de cultura popular. O CRPE/PE tinha o propósito de fomentar nas regiões a responsabilidade de organizar uma educação sistematizada, pública e científica por meio de estudos, pesquisas, seminários, palestras, organização de escola experimental *etc.* Tinha também como proposta a regionalização no sentido de atender as especificidades de cada canto do Brasil. No Recife, local em que funcionava o CRPE/PE, esse caráter regional foi aguçado pelo regionalismo do diretor do Centro: Gilberto Freyre. Nesse contexto, se configurou a ideia de cultura popular (cultura do povo, autêntica e original, que precisa de outros conhecimentos, mas também precisa ser preservada). Essa ideia veio a constituir o MCP que, por sua vez, ajudou na configuração da rede municipal de educação do Recife.

Essas experiências ajudam a mostrar, dentre outras coisas, que a formação da rede municipal de educação do Recife, historicamente falando, é recente e que várias experiências contribuíram nessa formação, indo além do Movimento de Cultura Popular, como comumente é indicado.

Referências

- ARANHA, M. L. A. **História da educação e da pedagogia**. São Paulo: Moderna, 2013.
- AZEVEDO, F. *et al.* **Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova**. 1932. Disponível em: https://www.histedbr.fe.unicamp.br/pf-histedbr/manifesto_1932.pdf. Acesso em: 25 jan. 2023.
- BELLO, R. A. **Subsídios para a história da educação em Pernambuco**. Recife: CEPE, 1978.
- BRASIL. Lei nº 12.612, de 13 de abril de 2012. Declara o educador Paulo Freire Patrono da Educação Brasileira. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 13 de abril de 2012. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/2012/lei-12612-13-abril-2012-612708-publicacaooriginal-135760-pl.html>. Acesso em: 20 jan. 2019.
- CENTRO REGIONAL DE PESQUISAS EDUCACIONAIS DE PERNAMBUCO. **Educação e região: problemas de política e administração escolares no Nordeste brasileiro**. Recife: CRPE/INEP/MEC, 1960.
- EGITO, J. L. As primeiras escolas e a formação da rede escolar pública municipal (1894-1929). *In*: REZENDE, A. P. (coord.). **Recife: 100 anos de Escola Pública Municipal**. Recife: Prefeitura da Cidade, 2000. p. 26-32.
- FOUCAULT, M. **A ordem do discurso**. 18. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2009a.
- FOUCAULT, M. **A arqueologia do saber**. 7. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2009b.
- FREIRE, P. Escola Primária para o Brasil. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**, Rio de Janeiro, v. 35, n. 82, p. 15-33, abr./jun. 1961. Disponível em: <http://www.rbep.inep.gov.br/ojs3/index.php/rbep/issue/view/469>. Acesso em: 15 mar. 2023.
- FREIRE, P. **Educação e atualidade Brasileira**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2003.
- FREYRE, G. Palavras às professoras rurais do Nordeste. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**, Rio de Janeiro, v. 28, n. 68, p. 40-50, 1957b. Disponível em: <http://www.rbep.inep.gov.br/ojs3/index.php/rbep/issue/view/457>. Acesso em: 16 mar. 2023.
- FREYRE, G. Região, pesquisa social e educação. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**, Rio de Janeiro, v. 29, n. 69, p. 31-41, 1958. Disponível em: <http://www.rbep.inep.gov.br/ojs3/index.php/rbep/issue/view/458>. Acesso em: 20 mar. 2023.
- FREYRE, G. Arte e ciência social e sociedade. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**. Rio de Janeiro, v. 30, n. 71, p. 28-38, 1958. Disponível em: <http://www.rbep.inep.gov.br/ojs3/index.php/rbep/issue/view/461>. Acesso em: 20 mar. 2023.
- FREYRE, G. Sugestões para uma nova política no Brasil: a rurbana. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**, Rio de Janeiro, v. 27, n. 65, p. 65-82, 1957a. Disponível em: <http://www.rbep.inep.gov.br/ojs3/index.php/rbep/issue/view/454>. Acesso em: 20 mar. 2023.

INSTITUTO PAULO FREIRE. **Paulo Freire é o terceiro pensador mais citado em trabalhos pelo mundo**. 8 jun. 2016. Disponível em: <https://www.paulofreire.org/noticias/463-paulo-freire-%C3%A9-o-terceiro-pensador-mais-citado-em-trabalhos-pelo-mundo>. Acesso em: 20 mar. 2023.

PERES, P. C. A educação na 1ª república (1889-1930) *In*: REZENDE, A. P. (coord.). **Recife: 100 anos de Escola Pública Municipal**. Recife: Prefeitura da Cidade, 2000. p. 10-25.

SANTANA, J. G. A instrução pública e a experiência pedagógica de professores no início do século XX. *In*: REZENDE, A. P. (coord.). **Recife: 100 anos de Escola Pública Municipal**. Recife: Prefeitura da Cidade, 2000. p. 33-41.

NUNES, C. Anísio Teixeira entre nós: a defesa da educação como direito de todos. **Educação & Sociedade**, Campinas, nº 73, 2000. DOI 10.1590/S0101-73302000000400002. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/es/a/tkVFzhPRWLjXZQ89XcqdB/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 20 jan. 2013.

TEIXEIRA, A. S. **Educação não é privilégio**. 7. ed. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2007a.

TEIXEIRA, A. S. **Educação para democracia**. Introdução à administração educacional. 3. ed. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2007b.

VIANA FILHO, L. **Anísio Teixeira: a polêmica da educação**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1990.